



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

PREGÃO Nº 09/2018

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de limpeza, manutenção e alimentação dos cães e serviços médico-veterinários com fornecimento de materiais para atender o Canil Regional da SR/PF/AC, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM 01				
ITENS	SERVIÇO – TRATADOR E LIMPEZA DO CANIL	QTDE. ANUAL (Dias)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviço de tratador de cães e limpeza do Canil com fornecimento de material sem dedicação exclusiva de mão-de-obra.	365	R\$ 66,88	R\$ 24.411,20
VALOR TOTAL ITEM 01			R\$ 24.411,20	
ITEM 02				
ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QTDE. ANUAL ESTIMADA (unidade)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
2.1	Consultas	12	R\$ 125,00	R\$ 1.500,00
2.2	Aplicação de vacina polivalente com fornecimento do medicamento	2	R\$ 92,50	R\$ 185,00
2.3	Aplicação de vacina antirrábica com fornecimento do medicamento	2	R\$ 92,50	R\$ 185,00
2.4	Aplicação de vacina contra Leishmaniose com fornecimento do medicamento	2	R\$ 95,00	R\$ 190,00
2.5	Aplicação de vacina traqueobronquite com fornecimento do medicamento	2	R\$ 95,00	R\$ 190,00
2.6	Vermifugação com fornecimento de vermífugo de princípio ativo a base de febantel, pamoato de pirantel e praziquantel, com palatabilizante e dosagem para cão adulto (peso entre 30 a 40 kg)	6	R\$ 51,67	R\$ 310,02
2.7	Substituição de coleira antiparasitária para cão adulto à base de Deltametrina a 4% com fornecimento do produto	6	R\$ 82,25	R\$ 493,50
2.8	Controle de infestações de parasitas externos para cão adulto entre 20 a 40 Kg à base de Fluralaner.	10	R\$ 240,25	R\$ 2.402,50
2.9	Hemogramas completos com pesquisa de hematozoários	4	R\$ 88,75	R\$ 355,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

2.10	Banhos com limpeza dos ouvidos e corte de unha quando necessário	48	R\$ 77,50	R\$ 3.720,00
2.11	Atestados de saúde para trânsito do cão	2	R\$ 117,50	R\$ 235,00
2.12	Atendimento de urgência 24 horas	2	R\$ 293,33	R\$ 586,66
2.13	Diária de internação	12	R\$ 52,50	R\$ 630,00
2.14	Fluidoterapia (endovenosa e subcutânea)	12	R\$ 33,33	R\$ 399,96
2.15	Fraturas e imobilizações ortopédicas (bandagem)	2	R\$ 146,67	R\$ 293,34
2.16	Anotação de responsabilidade técnica	1	R\$ 1.872,00	R\$ 1.872,00
2.17	Cultura de fungos	2	R\$ 85,00	R\$ 170,00
2.18	Raios – X (projeções)	2	R\$ 140,00	R\$ 280,00
2.19	Ultrassonografia	4	R\$ 183,33	R\$ 733,32
2.20	Creatinina – coleta no laboratório	2	R\$ 46,00	R\$ 92,00
2.21	Fosfatase alcalina – coleta no laboratório	2	R\$ 46,00	R\$ 92,00
2.22	TGO – coleta no laboratório	2	R\$ 47,67	R\$ 95,34
2.23	TGP – coleta no laboratório	2	R\$ 47,67	R\$ 95,34
2.24	Ureia – coleta no laboratório	2	R\$ 46,00	R\$ 92,00
2.25	Proteína Total e Frações – coleta no laboratório	2	R\$ 43,33	R\$ 86,66
2.26	Injeção intramuscular (IM)	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00
2.27	Injeção intravenosa (IV)	6	R\$ 53,33	R\$ 319,98
2.28	Injeção subcutânea (SC)	6	R\$ 53,33	R\$ 319,98
2.29	Anestesia (procedimento inalatório)	2	R\$ 266,67	R\$ 533,34
VALOR TOTAL ITEM 02			R\$ 16.757,94	
ITEM 03				
ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QTDE. ANUAL ESTIMADA (unidade)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
3.1	Consultas especializadas	4	R\$ 160,00	R\$ 640,00
3.2	Aplicação de vacina giárdia com fornecimento do medicamento	2	R\$ 97,50	R\$ 195,00
3.3	Sorologias de Leishmaniose	4	R\$ 80,00	R\$ 320,00
3.4	Tratamento periodontal (tartarectomia) incluindo profilaxia - obrigatoriedade do uso de anestesia inalatória e antibiótico utilizado pós-tratamento periodontal	2	R\$ 563,33	R\$ 1.126,66
3.5	Sessão de fisioterapia	10	R\$ 60,00	R\$ 600,00
3.6	Cistotomia (bexiga e cálculos)	2	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00
3.7	Cateterismo vesical	2	R\$ 350,00	R\$ 700,00
3.8	Extração de unhas	2	R\$ 123,33	R\$ 246,66



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

3.9	Transporte de cão em veículo apropriado para este fim	12	R\$ 58,75	R\$ 705,00
3.10	Exame Coproparasitológico	4	R\$ 60,00	R\$ 240,00
3.11	Exame Urina I – coleta no laboratório	2	R\$ 51,67	R\$ 103,34
3.12	Cultura de secreções em geral (aeróbias) + antibiograma (ATB)	2	R\$ 180,00	R\$ 360,00
3.13	Pesquisa de ectoparasitas	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00
3.14	Pesquisa de Malasseziapachydermatis	4	R\$ 110,00	R\$ 440,00
3.15	Eletrocardiograma	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00
3.16	Contagem de reticulócitos – coleta no laboratório	2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
3.17	Pesquisa de hematozoários – coleta no laboratório	2	R\$ 65,00	R\$ 130,00
3.18	Albumina – coleta no laboratório	2	R\$ 43,33	R\$ 86,66
3.19	Amilase	2	R\$ 61,67	R\$ 123,34
3.20	Bilirrubina (total e frações)	2	R\$ 41,67	R\$ 83,34
3.21	Cálcio – coleta no laboratório	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
3.22	Colesterol – coleta no laboratório	2	R\$ 48,33	R\$ 96,66
3.23	Fósforo – coleta no laboratório	2	R\$ 46,00	R\$ 92,00
3.24	Glicose – coleta no laboratório	2	R\$ 51,67	R\$ 103,34
3.25	Lipase – coleta no laboratório	2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
3.26	Potássio – coleta no laboratório	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00
3.27	Sódio – coleta no laboratório	2	R\$ 45,00	R\$ 90,00
3.28	Triglicérides – coleta no laboratório	2	R\$ 48,33	R\$ 96,66
3.29	Colesterol LDL – coleta no laboratório	2	R\$ 55,00	R\$ 110,00
3.30	Gama GT – coleta no laboratório	2	R\$ 43,33	R\$ 86,66
3.31	Fibrinogênio – coleta no laboratório	2	R\$ 22,50	R\$ 45,00
3.32	Excisão de tumores internos ou externos	1	R\$ 466,67	R\$ 466,67
3.33	Ectrópio	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
3.34	Entrópio	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
3.35	Enucleação	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
3.36	Lavagem ótica	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00
3.37	Otohematoma	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
3.38	Enterostomia e enterectomia (intestinos)	1	R\$ 683,33	R\$ 683,33
3.39	Esplenectomia (retirada do baço)	1	R\$ 633,33	R\$ 633,33
3.40	Gastrostomia e gastropexia	1	R\$ 490,00	R\$ 490,00
3.41	Hérnia	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
3.42	Retopexia	1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
3.43	Mastectomia total	1	R\$ 550,00	R\$ 550,00
3.44	Ovarisalpingohisterectomia	1	R\$ 550,00	R\$ 550,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

3.45	Piometra	1	R\$ 600,00	R\$ 600,00
3.46	Amputação de dedo	1	R\$ 266,67	R\$ 266,67
3.47	Amputação de membros	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
3.48	Caudectomia de adulto	1	R\$ 525,00	R\$ 525,00
3.49	Cirurgia de patela (luxação)	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
3.50	Pino intramedular	1	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
3.51	Ruptura de ligamento cruzado	1	R\$ 850,00	R\$ 850,00
3.52	Extração de canino definitivo	1	R\$ 310,00	R\$ 310,00
3.53	Extração de incisivo	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
3.54	Extração de molar	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
3.55	Mifase e bernese	1	R\$ 126,67	R\$ 126,67
3.56	Óbito – coleta do animal	1	R\$ 136,67	R\$ 136,67
3.57	Suturas externas	1	R\$ 123,33	R\$ 123,33
3.58	Anestesia (procedimento Injetável)	2	R\$ 146,67	R\$ 293,34
VALOR TOTAL ITEM 03			R\$ 24.135,33	
VALOR TOTAL G1 + G2 + G3 = R\$ 65.304,47				

1.2. O **Item 02 e 03** são compostos por todos os serviços veterinários que poderão se fazer necessários durante o acompanhamento da saúde dos cães e que deverão constar detalhadamente na proposta apresentada pelo licitante via anexo do compras governamentais.

1.3. A previsão da prestação dos serviços do Item 01, 02 e 03 foi elaborada para um período de 12 (doze) meses.

1.4. Foram apurados, em síntese, os seguintes custos estimados como valores máximos aceitáveis:

VALOR TOTAL PARA ITEM 01	R\$ 24.411,20
VALOR TOTAL PARA ITEM 02	R\$ 16.757,94
VALOR TOTAL PARA ITEM 03	R\$ 24.135,33
VALOR GLOBAL (ITEM 01 + ITEM 02 + ITEM 03)	R\$ 65.304,47

1.5. Os valores, bem como os valores individuais que compõem o item 02 e 03 constantes na tabela, serão os máximos admitidos pela Administração. Foram obtidos através de orçamentos colhidos na cidade de Rio Branco/AC, já incluindo todas as despesas – diretas e indiretas, e lucro, de acordo com os parâmetros de mercado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

1.6. Será adotada a modalidade Pregão Eletrônico Tradicional, mediante licitação por item, do tipo menor preço por item, sendo que todos os serviços discriminados em subitens correspondem aos itens 02 e 03 conforme numeração.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre conta com 2 (dois) Operadores de Cães Detectores de Drogas, recém formados no **XXXVIII COCDD (Curso de Operador de Cães Detectores de Drogas)**, e 2 (dois) Cães Detectores de Drogas com o intuito de fortalecer as ações de prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos praticados na faixa de fronteira brasileira, em conformidade com o Plano Estratégico de Fronteiras, Decreto nº 7.496 de 08 de junho de 2011, do qual a Polícia Federal do Brasil é parte integrante e Decreto nº 7.638 de 08 de dezembro de 2011.

2.2. Os cuidados devidos aos referidos animais foram estabelecidos na Portaria nº. 050/2007-DG/DPF, de 23 de fevereiro de 2007, que institui o Manual de Princípios e Normas Disciplinadoras da Organização e Funcionamento das Atividades do Serviço de Canil Central - SECAN e dos Canis Regionais do Departamento de Polícia Federal, especialmente em seu artigo 20, que prevê, dentre outras atribuições, que as Unidades Centrais e Descentralizadas da Polícia Federal deverão se encarregar de fornecer aos cães: alimentação, medicamentos, vacinas, materiais de limpeza e higiene, inclusive das instalações, contratação de mão-de-obra para conservação e manutenção das instalações.

2.3. Em cumprimento à Portaria acima citada e de acordo com normas regulamentadas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, se faz necessária a contratação de serviços veterinários e de tratador de cães, sem alocação de mão-de-obra exclusiva, com fornecimento dos materiais necessários com vistas a atender às necessidades da Unidade Operacional de Cães de Serviço da SR/PF/AC, para execução dos procedimentos médicos veterinários, rotineiros e eventuais, e dos cuidados diários, semanais e mensais para com os cães de faro.

2.4. Do Agrupamento em Subitens

2.4.1. A junção de alguns serviços em um mesmo item justifica-se tendo em vista que a contratação de mais de uma empresa ocasionaria provavelmente conflitos, pois se tratam de serviços complementares entre si, podendo prejudicar o tratamento com os animais;

2.4.2. Optou-se pela separação do objeto em apenas 03 itens cadastrados no sistema, em virtude de se tratar de um pregão tradicional que terá empenho pelo valor global com pagamento mediante o efetivo serviço realizado, portanto, moroso seria cadastrar-se item a item no sistema, dificultando ainda a fase de lances na realização do Pregão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

2.4.3. Em que pese cadastrados em apenas 03 itens, na proposta anexada pela empresa nos sistema, a mesma deverá discriminar os valores de todos os subitens, afim de aferir-se o preço conforme o máximo admissível, para controle da futura execução contratual e faturamento conforme o serviço efetivamente prestado de acordo com o preço ofertado na proposta detalhada da empresa.

2.5. Dos Critérios Ambientais

2.5.1. A utilização dos produtos para a prestação destes serviços deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

2.5.2. Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental, podendo ser exigido do fornecedor a comprovação de que os produtos por ele utilizados:

2.5.3. Utilizem, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;

2.5.4. Priorizem, quando possível, o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

2.5.5. Utilizem materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

2.5.6. A comprovação de que trata o item 2.5.2, caso exigida pela Contratante, poderá ser feita através da apresentação de licença ou certificado de conformidade ambiental, emitida por órgão executivo de fiscalização ambiental, em quaisquer das esferas (municipal, estadual ou federal) ou por instituição credenciada, ou ainda por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências ambientais; ou ainda a empresa poderá apresentar declaração de que esta de acordo com o estabelecido nas legislações e normativos ambientais.

2.5.7. Apresentação da licença nas condições supracitadas dar-se-á no interstício entre a seleção da proposta e a adjudicação dos objetos de aquisição, para que esta última possa ser realizada.

2.6. Da opção por Pregão Tradicional

2.6.1. Em que pese tratar-se de um Pregão tradicional, os quantitativos, especialmente os referentes aos itens 02 e 03, são meramente estimativos, pois dependerão da sua



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

efetiva utilização para serem faturados. Ocorre que, mesmo os serviços que compõe o item sendo estimativos, não vislumbra-se a necessidade de se realizar um Pregão SRP pois, no momento que por ventura ocorra a necessidade de utilização de um deles, já devemos estar com cobertura contratual para sua realização, bem como cobertura contratual para possíveis prorrogações até o limite de 60 (sessenta) meses.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O objeto desta contratação pode ser definido como serviço comum, passível de padronização e aferição de padrões de desempenho e qualidade segundo critérios objetivamente definidos pelo Edital, mediante a utilização de especificações usuais do mercado.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços do **Item 01 (serviço de tratador e limpeza do canil)** serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Os serviços somente serão pagos quando efetivamente utilizados, observados os valores finais e especialmente os estabelecidos individualmente na planilha de formação de custos da proposta vencedora.

4.1.2. Será realizado de forma contínua, **duas vezes ao dia**, inclusive nos finais de semana e feriados, por se tratar de serviço essencial para sobrevivência dos cães.

4.1.3. O referido serviço poderá ser dispensado pelo responsável do Canil por períodos prolongados em caso de ausência temporária dos cães.

4.1.4. A produtividade adotada para a execução deverá ser de 02 (duas) horas diárias divididas em dois períodos, o primeiro no início da manhã e o segundo no final do período vespertino.

4.1.5. Durante a prestação do serviço diário de Tratador de Cães e limpeza do Canil deverão ser executadas as seguintes tarefas:

a) Efetuar **diariamente** a alimentação dos cães com a **ração a ser fornecida pela contratante**, dentro dos períodos acima mencionados, na quantidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

descrita e orientada pelo médico veterinário, lavando os comedouros após cada refeição;

b) Lavar os bebedouros com água corrente e detergente neutro diariamente, mantendo-os sempre cheios d'água e a disposição dos cães;

c) Retirar **diariamente** fezes, vômitos, insetos e outras secreções e excrementos, visando manter a higiene, a saúde e bem estar dos cães, bem como prevenir a proliferação de doenças;

d) Comunicar o responsável pelo setor quando o estoque de ração estiver terminando;

e) Fazer limpeza geral e **diária** de todos os boxes com o uso de mangueira e/ou lava jato e água sanitária, bem como limpar as canaletas, áreas adjacentes, pisos e paredes;

f) Aplicar **semanalmente** o desinfetante concentrado nos boxes, áreas adjacentes, pisos e paredes e gramados em volta do canil visando o controle de ectoparasitas;

g) Passar vassoura de fogo **mensalmente** em todos os boxes e nas áreas adjacentes, incluindo pisos, paredes e tetos;

h) Manter o depósito de ração sempre limpo, arejado e arrumado, de modo que esta seja acondicionada corretamente evitando fungos e insetos;

i) Executar as demais atividades inerentes ao cargo e necessárias ao bom desempenho do trabalho, em consonância com o CBO 6230-20.

j) Comunicar o responsável pelo setor de Canil quando algum cão estiver com diarreia, disenteria, vômito, indisposto, ou sem apetite, fazendo anotações diárias em ficha própria de controle individual de cada animal.

k) O fornecimento do material para boa qualidade na execução desse serviço é de responsabilidade da Contratada e segue discriminado na cláusula 6.1.

4.2. Os serviços médico-veterinários dos Itens 02 e 03 serão executados conforme discriminado abaixo:

4.2.1. Poderão ser executados no Canil localizado nas instalações da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre localizada na cidade de Rio Branco/AC ou na empresa a ser contratada, neste último caso, quando levado pelo servidor responsável pelos cães ou quando solicitado o serviço de transporte, a critério do servidor responsável pelos cães.

4.2.2. A periodicidade estimada para realização de sorologia para Leishmaniose e hemograma completo, com pesquisa de hematozoários, é a cada 06 (seis) meses.

4.2.3. A periodicidade estimada para vermifugação dos cães é a cada 04 (quatro) meses;

4.2.4. A periodicidade estimada para fornecimento da coleira antiparasitária para cão adulto à base de Deltametrina a 4% é a cada 7 (sete) meses.

4.2.5. A periodicidade estimada para o controle de infestações de parasitas externos para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

cão adulto entre 20 a 40 Kg a base de Fluralaner é a cada 3 (três) meses.

4.2.6. A periodicidade estimada para consultas veterinárias é a cada 02 (dois) meses.

4.2.7. Assistência Veterinária e Emergencial 24h de segunda a domingo, inclusive feriados, sob exclusiva responsabilidade da clínica veterinária licitante e mediante prévia autorização da fiscalização do contrato:

- a) Todos os tipos de cirurgias (inclusive a criocirurgia);
- b) Exames de auxilio de diagnósticos laboratoriais e de imagem (inclusive biópsia incisional e de material coletado, ultrassom ocular e cranial);
- c) Procedimentos terapêuticos básicos, especiais e extraordinários (exemplos: obesidade mórbida; diabetes e controle de glicemia; cardíacos; insuficiência renal e diálise; anemia aguda; epilepsia; doenças infecto-contagiosas; paracentese, quimioterapia e radioterapia, etc);
- d) Unidade Móvel; anestesista e cirurgião itinerante;
- e) Banco de Sangue, transfusões;
- f) Próteses e fixadores em cirurgias;
- g) Hemograma completo com pesquisa de hemoparasitas, uréia + creatinina, ALT, AST e FA;
- h) Exame de fezes;
- i) Anestesias para tartarectomia.

4.3. A descrição dos serviços não é exaustiva neste Termo de Referência, devendo-se ainda, exigir e conceder tudo o que determine a legislação vigente afeta ao objeto da contratação.

5 INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

5.1 A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

5.1.1 Os serviços relacionados no **Item 01, 02 e 03** serão prestados todos dias, inclusive finais de semana e feriados, conforme estabelecido na forma de prestação do serviço;

5.1.2 Os quantitativos previsto para o **Item 01, 02 e 03** são meramente estimativos e dependerão de sua efetiva execução para serem faturados, conforme relatórios emitido pelo gestor do fiscal.

5.1.3 Os serviços prestados devem ser realizados com responsabilidade técnica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

5.1.4 Serão fornecidos pela contratada todos os produtos necessários para a execução dos serviços.

5.1.5 O fornecimento dos serviços estabelecidos nos Itens 01, 02 e 03 deverão atender:

- a) **02 (dois)** cães de faro pertencentes à Unidade Operacional de Cães de Serviço da SR/PF/AC;
- b) Outros cães que venham a ser recebidos e incorporados ao patrimônio desta Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre;
- c) Cães de qualquer regional em trânsito na circunscrição da SR/PF/AC.

5.1.6 Na execução dos serviços previstos no item 2 a empresa deverá primar pela eficiência e utilização de técnicas atuais, levando em consideração o bem-estar animal e resoluções do CFMV (Conselho Federal de Medicina Veterinária), notadamente o Código de Ética do Médico Veterinário – Resolução nº 722, de 16 de agosto de 2002.

6 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1 Realizar o serviço com adoção de medidas que visem o bem estar dos animais;

6.1.2 Selecionar profissionais devidamente capacitados e dotados de conduta anterior positiva para a execução dos serviços;

6.1.3 Responsabilizar-se por danos materiais ou pessoais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros provenientes da execução dos serviços ou mau funcionamento dos sistemas envolvidos neste Termo de Referência;

6.1.4 A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade do fiscal do contrato por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração, entre outros, dos seguintes aspectos:

- a) Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) Qualidade e quantidade dos recursos materiais empregados;
- d) Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) Cumprimento das obrigações decorrentes deste documento, do edital e anexos da proposta e demais documentos apresentados no processo licitatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

6.1.5 O fiscal do contrato poderá, para fins de realização da verificação acima mencionada, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, ou, ainda, na legislação vigente.

6.1.6 O objeto será aceito após a verificação pelo fiscal do contrato do cumprimento de todas as obrigações e especificações.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para os serviços correspondentes ao **item 01**, os funcionários a serem disponibilizados pela contratada para a exercerem as atividades inerentes ao contrato deverão possuir no mínimo: ensino fundamental completo e preferencialmente serem pertencentes à categoria de atividade/serviço compatíveis com o objeto da contratação, como, por exemplo, tratador de animais - CBO 623020.

7.2. Para os serviços correspondentes ao **item 02 e 03** deverá ser contratada empresa especializada que comprove:

7.2.1. Capacitação técnico-profissional, mediante apresentação Anotação de Responsabilidade Técnica – ART expedida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, em nome de seu responsável técnico, que deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

7.2.2. Possuir alvará de funcionamento e licença sanitária, obtidos junto aos órgãos competentes no município de localização do estabelecimento, ou estaduais, constando os ramos de atividades efetivamente realizados no local, tais como: Atividades Veterinárias (Código CNAE 7500-1/00), Comércio Varejista de Medicamentos Veterinários (Código CNAE 4771- 7/04); Lojas de Pet-Shop (Código CNAE 4789-0/04); Alojamento, Higiene, bem como licença sanitária.

8 MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços realizar-se-á por servidor(es), especialmente designado(s) para esse fim, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e na IN nº 05/2017.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

8.2 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

8.2.1 Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.2.2 Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

8.2.3 A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

8.2.4 A adequação dos serviços prestados aos Planejamentos estabelecidos;

8.2.5 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato.

8.3 Ao(s) Fiscal(is) compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos Contratos e dos respectivos serviços, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o artigo 67, da Lei nº 8.666/1993 e no Anexo IV da IN nº 05/2017, e ainda as seguintes obrigações:

8.3.1 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços inerentes aos itens 01, 02 e 03 deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.3.2 O Fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

9 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada para executar os serviços descritos no **item 01** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

PRODUTO / MATERIAL	PERIODICIDADE
Mangueira para jardim (20m)	Anual
Vassoura gari com cerdas nylon especial, base de 40 cm (01 unid.)	Semestral
Rodo de alumínio com base de 60 cm e 02 borrachas (01	Semestral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

unid.)	
Pá de lixo em metal com cabo longo (01 unid.)	Semestral
Balde de plástico de alta resistência e alça metálica – capacidade mínima de 12 litros (01 unid.)	Semestral
Esponja sintética em poliuretano para limpeza (antibacteriana) (01 unid.)	Mensal
Água sanitária (02 litros)	Mensal
Multi-inseticida doméstico, tipo aerossol, com óleo de citronela (300 ml)	Mensal
Desinfetante líquido concentrado a base de amônia quaternária com diluição mínima de 1/500, com diluidor na própria embalagem (1 litro)	Mensal
Detergente neutro (300 ml)	Semanal

9.2 Para execução dos serviços veterinários o fornecimento de vacinas, vermífugos, dentre outros medicamentos de controle de ectoparasitas, deverão ser disponibilizados pela Contratada quando da solicitação dos serviços previstos nos itens 02 e 03 da tabela.

9.3 Os matérias acima relacionados são meramente exemplificativos, sendo que quando necessário para a feita execução do serviço, poderão ser requisitados outros tipos de materiais que possuam correspondência com o serviço demandando.

10 DA VISTORIA

10.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (68) 3212-1285, podendo sua realização ser comprovada por:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

OU

b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

10.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

11 DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato com a empresa vencedora do certame.

11.2 Após a assinatura do contrato o fiscal deverá promover reunião inicial para apresentação de todas as especificidades dos serviços elencados nos itens 01, 02 e 03, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada.

11.3 Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

12.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

13.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

13.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.15 Orientar seus empregados para as todas as atividades que deverão desempenhar de acordo com as especificações estabelecidas.

13.16 A contratada fica obrigada, quando solicitada pela fiscalização do contrato, a fornecer toda a documentação do(s) profissional(is) envolvido(s) na prestação dos serviços, particularmente às que comprovem sua formação ou aptidão.

13.17 Responsabilizar-se por quaisquer doenças e acidentes do trabalho, providenciando a suas expensas encaminhamento e tratamento médico aos seus empregados diretamente vinculados a prestação dos serviços, observando a legislação, notadamente o contido no Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784/67;

13.18 Prestar o serviço mesmo quando em eventual estado de greve da categoria sob sua direção, através de esquema de emergência, de modo a não comprometer o funcionamento das operações da Polícia Federal no Acre;

13.19 Informar número de telefone fixo, móvel, fax e e-mail, possibilitando a comunicação rápida relacionada aos serviços contratados;

13.20 Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

13.21 Responsabilizar-se por qualquer dano físico causado ao cão de propriedade da PF que estiverem localizados nas dependências da Clínica Veterinária, ou durante eventuais serviços de acompanhamento no canil, bem como pela observância da Lei nº 9.605/1998, quando evidenciado que a contratante deu causa ao fato;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

13.21.1 O valor do dano a ser reparado guardará conformidade com o respectivo preço de mercado, desconsiderando-se o valor histórico do bem e deverá ser recolhido por depósito a favor da contratante através de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação, garantida previamente ampla defesa e contraditório.

13.21.2 Se o valor dos danos não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus.

13.21.3 A reparação dos danos causados em bens de propriedade de terceiros deverá ser efetuada aos mesmos, no prazo de cinco dias úteis a partir da notificação;

13.22 Cumprir as normas relativas ao Conselho Federal de Medicina Veterinária, e demais legislação pertinente, incluídas as relativas à responsabilidade técnica;

13.23 O médico veterinário, no caso de férias ou impedimentos, deverá indicar um profissional para substituí-lo em sua função, sob sua responsabilidade, tendo a obrigação de comunicar à Contratada tal ocorrência;

13.24 A contratada deverá dispor de empregados disponíveis para qualquer ocorrência ou solicitação urgente que venha a ser demandada pelo fiscal ou responsável pelo cuidados dos cães.

13.25 Observar a regulamentação sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme orientações do CRMV-AC.

13.26 Todos os serviços primar pela eficiência e utilização de técnicas atuais, levando em consideração o bem estar animal e resoluções do CFMV.

14 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.1 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.3 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.4 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.5 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.6 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.7 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.8 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.9 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

16.10 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.11 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.12 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços, que poderá resultar na diminuição de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização no relatório emitido pelo gestor de Contrato, onde este especificará os serviços efetivamente prestados.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 18.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.1 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.2 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.1.3 Comportar-se de modo inidôneo; e
- 18.1.4 Cometer fraude fiscal.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 18.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

18.2.2 Multa de:

18.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

18.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 18.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE


NILTON ANDRADE ARAÚJO JÚNIOR

Escrivão de Polícia Federal

DELEFAZ/DRCOR/SR/PF/AC


ÍTALO DE SOUZA CAMPELO

Agente de Polícia Federal

DRE/DRCOR/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente
Regional para fins de aprovação


DOUGLAS DAGOSTIN

Escrivão de Polícia Federal

Chefe do SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a contratação dos serviços demandados devido, conforme estabelece a Portaria nº. 050/2007-DG/DPF, de 23 de fevereiro de 2007, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 suas alterações e demais legislações correlatas.


DIANA CALAZANS MANN

Delegada de Polícia Federal

Superintendente Regional SR/PF/AC